

**Instituições e políticas públicas no arranjo produtivo gesseiro de Pernambuco:
interações sistêmicas e governança**

Cézar Augusto Lins de Andrade - Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural do Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco - PADR/UFRPE. Atualmente é Agente Local de Inovação do SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Recife. Vencedor do Prêmio Nacional de Inovação (2012), promovido pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, SEBRAE/NA e Movimento Brasil Competitivo - MBC, na condição de Agente Local de Inovação. Possui graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2011). Possui experiência na área de Inovação, com ênfase em Inovação nas pequenas empresas e Economia, com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: cadeia produtiva, Arranjos Produtivos Locais e Inovação Tecnológica. Endereço: Rua Murilo Braga, 08, Sucupira – Jaboatão dos Guararapes CEP: 54210-460. E-mail: cezardeandrade@gmail.com fone: (81) – 9330-5921.

Lúcia Maria Góes Moutinho - Graduada em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1979), mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1983) e doutorado em Economia de Empresas pela Fundação Getulio Vargas - SP (1995), Pós-doutorado em APLs na RedeSist do Instituto de Economia da UFRJ (2005/2006). Atualmente é professora adjunto IV e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisadora Associada da REDESIST Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Industrial e regional, políticas públicas e em cargos na Administração Pública.

Carolina Juliana Lindbergh Farias - Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco PADR / UFRPE, especialização em Gestão de Negócio, SENAC / PE e Bacharelado em Administração de Empresas, FOCCA/PE. Atualmente é professora acadêmica e consultora, atuando principalmente nos seguintes temas : Inovação, gestão empresarial, plano de negócio, planejamento estratégico, análise de viabilidade econômico-financeira, empreendedorismo e responsabilidade socioambiental empresarial.

Rafaela Rodrigues Lins - Economista formada pela UFRPE. Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural com ênfase em Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco PADR/UFRPE. Coordenadora de tutoria do curso de Bacharelado em Administração Pública UAB-EaD-TEC/UFRPE; Docente das IES: Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Sociais Aplicadas - FAJOLCA; FASE - Faculdade Santa Emília. Experiência na área de Economia, Administração e afins.

Instituições e políticas públicas no arranjo produtivo gesso de Pernambuco: interações sistêmicas e governança

Resumo

Buscando efetuar uma análise sobre o arranjo produtivo gesso de Pernambuco, este artigo tem como objetivo abordar a estruturação da atividade do gesso, concentrado em cinco municípios da Região do Araripe – PE, são eles, Araripina, Ipubi, Ouricuri, Bodocó e Trindade, assim como verificar a interação entre os atores envolvidos neste Arranjo Produtivo Local (APL), para analisar a governança e a efetivação das políticas públicas, baseado em entrevistas aos atores locais. Esse estudo se justifica e encontra sua relevância por se tratar da principal atividade econômica da região, bem como pelo fato de possuir uma das maiores jazidas de gipsita do mundo. Os procedimentos adotados para o mapeamento e caracterização desse arranjo incorporam conceitos no que tange a aglomerações produtivas e arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, além de uma pesquisa de campo realizada no mês de julho de 2014, na qual foram utilizados os seguintes instrumentos: questionários e entrevistas baseados nos recomendados pela RedeSist¹, aplicados às indústrias de gesso e as instituições apoiadoras do referido APL. O artigo está dividido em 3 seções, o primeiro descreve o APL do Gesso e as interações entre os atores locais; a governança constitui o foco da segunda seção; e, a terceira seção aborda em uma perspectiva crítica as políticas públicas e seus resultados no APL, bem como indica sugestões de políticas com base nas necessidades apresentadas pelos atores industriais. Entre os principais resultados da pesquisa, observou-se uma sincronia entre os agentes produtivos, institucionais públicos, financeiros, organizações de apoio e promoção e organizações não governamentais. No entanto, os atores inovativos mantêm frágil relação com o APL. O segundo resultado, a governança do APL cabe ao sindicato (Sindusgesso) e a associação (assogesso). Finalizando, a falta de conhecimento das políticas pelos atores industriais, do que redundava a ineficácia e ineficiência da atuação das instituições públicas no local.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Governança. Arranjo Produtivo Local

Abstract

Seeking to make an analysis of the productive arrangement plasterer of Pernambuco, this article aims to address the structuring activity of gypsum, concentrated in five counties in the region Araripe - PE, are they Araripina, Ipubi, Ouricuri Bodocó and Trinity, as well how to check the interaction between the actors involved in local Productive Arrangement (APL), to analyze the governance and the effectiveness of public policies, based on interviews with local actors. This study is justified and finds its relevance because it is the main economic activity of the region as well as the fact that it has one of the largest deposits of gypsum in the world. The procedures adopted for mapping and characterization of this arrangement incorporate concepts regarding the production and arrangements and innovative systems and local productive agglomerations, as well as a field survey conducted in July 2014, where the following instruments were used: questionnaires based on interviews and recommended by RedeSist, applied to the plaster and the supporting institutions of that APL industries.

¹ Rede de sistema e arranjos produtivos locais – www.redesist.ie.ufrj.br

The article is divided into three sections, the first describes the APL Gypsum and interactions between local actors; governance is the focus of the second section; and the third section addresses a critical perspective in public policies and their outcomes in APL and indicates policy suggestions based on the needs presented by the industry players. Among the key findings of the survey, there was a synchronicity between public productive, institutional agents, financial, support and promote organizations and non-governmental organizations. However, the innovative actors remains fragile relationship with the APL. The second result, the governance of APL is up to the union (Sindugesso) and the association (assogesso). Finally, the lack of knowledge of policies by industrial actors, which results from the inefficiency and ineffectiveness of performance of public institutions in place.

Keywords: Public Policy. Governance. Local Productive Arrangement

1. Introdução

A região do Araripe, localizada no extremo oeste do Estado de Pernambuco, epicentro do Nordeste a cerca de 600 km da capital pernambucana, detém o maior conjunto de jazidas de gipsita em exploração no Brasil, e é detentor de uma das maiores e mais importantes reservas de gesso do planeta, estimado em 1,2 bilhões de toneladas. (ITEP, 2012). O denominado “Polo Gesseiro de Pernambuco” possui uma das reservas mais expressivas e importantes do mundo, principalmente considerando o alto teor de pureza do gesso.

Na região do Araripe, há 80% das minas do país, além de 139 fábricas de gesso calcinado e 726 fábricas de pré-moldados. A região oferece atualmente, cerca de 76 mil empregos diretos e indiretos. O Pólo produz ainda cerca de 800 mil toneladas de gipsita usada pela indústria de cimento e 200 mil toneladas de gesso agrícola que vem sendo cada vez mais valorizado pelo agronegócio. A produção vem crescendo a cada ano, mostrando a força e o potencial profissional dos envolvidos.

A região do Araripe é considerada um Sistema Produtivo e Inovativo Local - SPIL, devido a uma série de fatores que serão abordados, no decorrer deste artigo. O gesso na região do Araripe se destaca em inúmeros fatores, dentre eles, pelo fato de ser a maior produtora de gesso do país, pois produz grande parte de todo gesso produzido em território nacional. A região quando se compara com a produção mundial, apresenta aproximadamente 45% da produção do gesso, sendo assim uma das maiores jazidas do mundo. Há ainda no local uma alta disponibilidade de recursos naturais e minerais necessários à geração de energia para a produção do gesso. Além disso, o desempenho dos produtos do gesso é compatível com o mercado, pois nesse SPIL é possível produzir em alta escala, dada a tecnologia produtiva disponível, que por sua vez implica também em baixo custo de extração mineral.

No entanto, o que caracteriza aquela região como um Sistema Produtivo e Inovativo Local é a crescente integração dos empresários, a produção em localização geográfica concentrada e o apoio efetivo entre as instituições e os demais atores que ali se encontram.

O reconhecimento dessas características da região do Araripe resultou sua participação na listagem estadual mais recente de Arranjos Produtivos Locais – APL’s e, uma comprovação desse reconhecimento reflete-se no tipo de apoio que os vários níveis de governo vêm oferecendo. Considerando que em outros muitos casos as políticas dos governos estaduais e federais são setoriais, o APL, diferentemente, é

contemplado com políticas apropriadas ao desenvolvimento e dinâmica do arranjo, fugindo ao tradicional tratamento setorial que são dispensados a alguns APL's que não são reconhecidos como tal por essas autoridades. O reconhecimento surgiu a partir do momento em que o Sistema Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas empresas - SEBRAE - PE percebeu e tornou pública a relação e articulação observada entre todos os atores: institucionais, produtores, os atores do subsistema de conhecimento, como, Universidades, Institutos Tecnológicos etc, do APL, em prol do aumento da produção, produtividade e competitividade do gesso naquela região.

Como se trata de um Arranjo Produtivo Local, a inovação está presente em toda a sua estrutura institucional, desde as formas de extração do gesso utilizado pelas indústrias, até as formas de comercialização e politização do referido APL. Esta inovação traz impactos positivos a região que não seriam tratados, se ela não estivesse diretamente interligada a essa cadeia produtiva, mas também pode trazer alguns problemas para o território em que a atividade é realizada.

O problema de pesquisa se contextualiza através de alguns aspectos que serão abordados, como o arcabouço institucional do APL do Gesso do Araripe; a inserção produtiva e social do APL do Gesso do Araripe-PE, em decorrência das instituições e das políticas de inovação; o aumento da competitividade do APL do Gesso do Araripe-PE, a nível nacional e internacional, utilizando a inovação como meio de redução de custos de produção e; instituições, políticas e as perspectivas de inserção produtiva, social e competitiva do referido APL.

Sabe-se que, a inovação visa trazer impactos positivos para o sistema onde ela é inserida, mas também pode gerar resultados negativos nos aspectos socioeconômicos e ambientais do local. Nessa linha de pensamento, a região do Araripe em Pernambuco, que tem nas minas de gesso sua principal riqueza, não é uma exceção.

O objetivo deste artigo abordar a estruturação do gesso, concentrado em cinco municípios da Região do Araripe – PE, são eles, Araripina, Ipubi, Ouricuri, Bodocó e Trindade, assim como verificar a interação entre os atores envolvidos neste Arranjo Produtivo Local (APL), analisando políticas públicas apoiadas e a governança local.

A escolha do foco do artigo ora proposto deve-se ao fato do SPIL do Gesso da região do Araripe-PE concentrar mais de 90% da produção de gesso do país, sendo detentora de uma das maiores jazidas de gesso do mundo, por consequência, ser um dos centros dinâmicos do estado, bem como, por ser relevante na questão econômica e social da região em estudo (ITEP, 2012).

O trabalho proposto também se justifica por oferecer contribuições através de uma pesquisa de campo atualizada, capaz de alimentar discussões acadêmicas, e, fornecer suporte para os “*policy makers*” pensarem ações mais efetivas para o SPIL e o desenvolvimento local. O presente estudo contribui para um melhor entendimento acerca da relação entre políticas do Governo Federal e o APL do Gesso, de forma a identificar entraves aos seus objetivos.

2. Referencial Teórico

2.1. Aglomerações produtivas

O Sertão do Araripe abriga um significativo número de indústrias, instituições públicas e privadas, sindicatos e associações voltadas para o desenvolvimento da região

através da produção do gesso. Então, na busca de um conceito adequado para tratar aquela realidade, percorreu-se, ao longo do caminho, diversas bibliografias existentes as quais apresentam a evolução conceitual utilizada em diversas realidades e regiões ao longo do tempo, desde sua aplicação a economias desenvolvidas até as adaptações necessárias para a sua utilização em economias em desenvolvimento.

Para Marshall, (1982) a concentração de indústria em um determinado local, é destacada como forma de divisão de trabalho, podendo assim aumentar a eficácia na produção e gerar alguns ganhos de escala e externalidades positivas. Esses pontos mostrados por Marshall são de grande relevância para o desenvolvimento econômico de uma região.

Ainda nesta direção, Porter (1991) definiu as aglomerações produtivas como sendo concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um determinado campo produtivo. Porter denominou as aglomerações produtivas como cluster, que segundo ele, sua competição estimula a formação de novos negócios, aumenta a produtividade das empresas localizadas na mesma região geográfica e direciona para que as inovações contribuam para o aumento da produtividade.

Ainda referente às regiões desenvolvidas, outra ideia para o conceito de aglomerações produtivas é apontada por CASSIOLATO et al (2003) quando caracteriza as aglomerações como sendo redes de empresas, principalmente quando se trata do contexto de cadeias de fornecimento ao redor de uma empresa âncora. Estas também surgem em regiões subdesenvolvidas, porém, como verdadeiros enclaves, se relação com território.

Apesar das diversas abordagens e conceitos sobre aglomerações produtivas, numa perspectiva geográfica, entre elas, há algumas semelhanças no que se refere às estruturas e aos atores envolvidos. As poucas diferenças nos conceitos se referem aos casos empíricos analisados e ao peso dado às características dos aglomerados.

Assim, LEMOS (1997), destaca alguns pontos comuns referentes às principais características sobre as abordagens de aglomerações produtivas. Quanto aos atores, destacam-se: grupos de pequenas empresas nucleadas por uma grande empresa; associações, instituições de apoio, serviços, ensino e pesquisa, fomento e instituições financeiras. Suas principais características são a intensa divisão de trabalho entre as empresas; flexibilidade de produção e de organização; especialização; mão de obra qualificada; competição entre firmas baseadas em inovação; estreita colaboração entre firmas e demais agentes, fluxo intenso de informações; identidade cultural e relação de confiança entre os agentes.

Uma das abordagens mais utilizadas na atualidade e capaz de gerar subsídios para políticas de desenvolvimento local em regiões menos desenvolvidas e mais eficaz é a abordagem sistêmica em território. Ela difere dos enfoques de aglomerados geográficos tendo em vista que estes últimos podem excluir parte importante das relações entre as instituições e o sistema produtor de inovação e conhecimento que estão relacionados ao sistema produtivo através de “lentes conceituais adaptadas ao território”, numa abordagem de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Valendo salientar que as abordagens e os conceitos não são similares e, não é replicável às realidades que diferem pelo simples fato do primeiro tratar de espaço geográfico e do segundo se referir ao território.

2.2 Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

Os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) podem ser vistos como uma aglomeração de atividades econômicas e ou empresas (micro, pequeno, médio ou grande porte) que possuem uma mesma especialização produtiva. Localizam-se espacialmente em um território e atuam em torno de uma atividade econômica principal. Neste sentido, nos ASPIL's a dimensão econômica é fundamental, da mesma forma que o processo de interdependência e articulação entre os agentes produtivos, podendo inclusive haver atuação em forma de rede e ou associativa.

Cada arranjo possui um ambiente e dinâmica interna e externa de funcionamento próprio. Nesta direção os principais desafios para o desenvolvimento dos ASPIL's são a sua sustentabilidade ambiental, econômica e social assim como a inserção e competitividade no mercado, visando à promoção de um ambiente de inclusão econômica e social. Busca-se aumentar a competitividade dos ASPIL's a partir das demandas e potencialidades do mercado, para tal dependem das condições políticas e institucionais em que estão inseridos. Tais condições referem-se à análise dos recursos naturais que utilizam, infraestrutura existente, o capital humano e social, os níveis de cultura empreendedora, as potencialidades, oportunidades, vantagens competitivas e sobretudo a rede de atores sociais que institui o(s) arranjo(s) nos territórios como unidades de desenvolvimento orientando-os a uma inserção competitiva, vantajosa e sustentável no mercado.

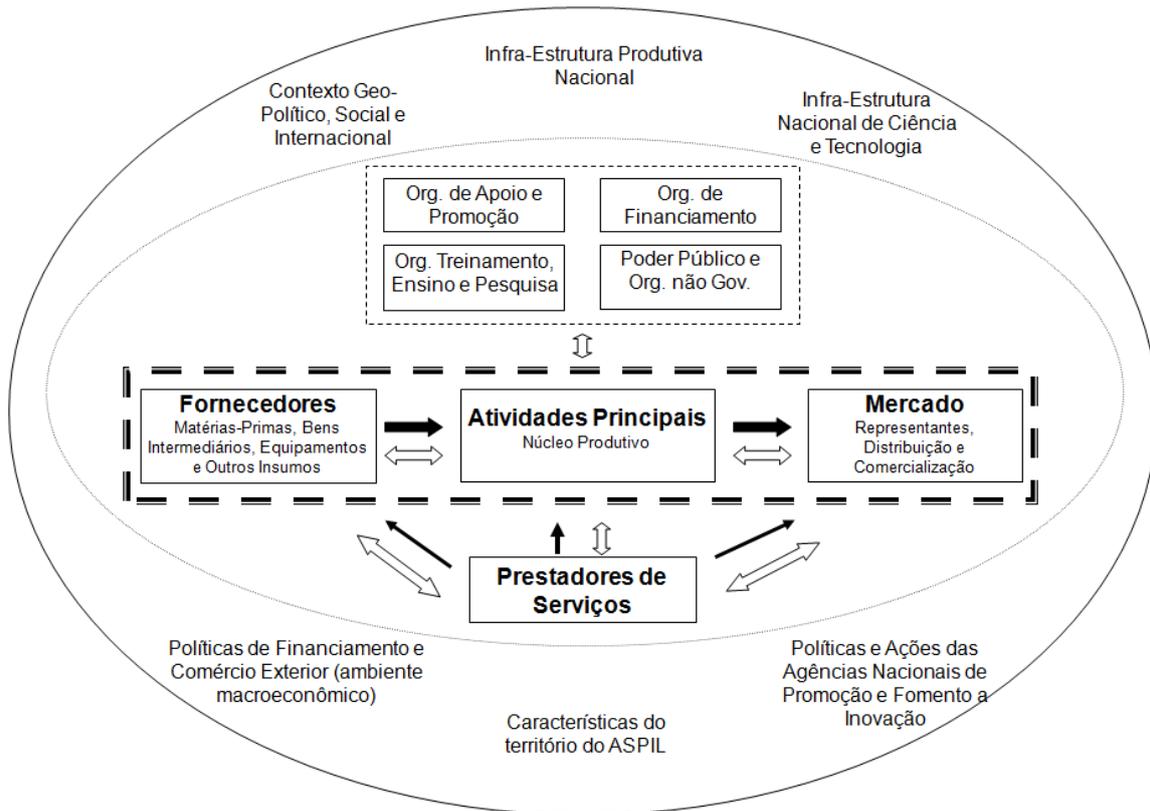
Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são definidos pela RedeSist (2011) como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em uma atividade produtiva e suas correlatas. Essas empresas podem ser fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, entre outros, contidas em um mesmo território, como um município, um conjunto de municípios ou região, território em que os atores produtivos, sociais e econômicos interagem de forma sistêmica.

O ASPIL compreende empresas fornecedoras de bens e serviços, matérias primas, insumos e equipamentos, empresas distribuidoras e comercializadoras, organizações de capacitação de recursos humanos, informação, pesquisa e desenvolvimento, interação entre cooperativas, associações e sindicatos, e outros órgãos de representação patronal ou sindical, além do envolvimento com organizações governamentais e não governamentais.

Partindo das características fundamentais do APL, considera-se que trata-se de um sistema complexo, composto por diversos atores, diferenciados por natureza e posição hierárquica, são aglomerações auto organizadas em subsistemas, articulados entre si, através do seu papel de geração de valor econômico e, tem-se definido o seu território de atuação, mesmo que esse encontre-se em espaços geográficos distintos, encontrando-se em permanentes transformações estruturais, através de processos produtivos e inovativos. É com base nesse conceito que este artigo se apoia para analisar as questões relacionadas ao gesso no Araripe.

É importante identificar alguns tipos de articulações, interações, cooperações e aprendizagem entre outros atores locais e instituições públicas ou privadas, com o subsistema gerador de conhecimento inovativo, como: as escolas técnicas, universidades, instituições de pesquisa, instituições de apoio financeiro etc. (ALBAGLI e BRITO, 2002). A figura 4, mostra como os atores de um determinado ASPIL se envolvem:

Figura 1 - Desenho esquemático de um Arranjo e Sistema Produtivo e Inovativo Local



Fonte: RedeSist (2011).

Para a RedeSist (2011) a abordagem de ASPILs representa uma unidade prática de investigação, que complementa o foco em setores econômicos, aglomerações e cadeias produtivas e empresas individuais; focaliza grupos de diferentes agentes e atividades conexas que usualmente caracterizam um sistema produtivo e inovativo local; cobre o espaço onde ocorrem os processos de interação, aprendizado, capacitação e inovação e onde fluem os conhecimentos tácitos; contribui para a atuação mais articulada de várias esferas de promoção e; representa o nível no qual podem ser mais efetivas as políticas de promoção do aprendizado e criação de capacitações e de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Segundo a RedeSist, os APLs são identificados a partir de um “olhar sistêmico” da relação entre os atores que estão relacionados a uma atividade produtiva central ou um conjunto de atividades que se relacionam no âmbito produtivo ou comercial, em torno do qual, os demais atores se articulam. Esses atores podem ser empresas produtoras ou fornecedoras de bens e serviços, empresas especializadas na distribuição e comercialização, consumidores, produtores, trabalhadores, centros de pesquisa e desenvolvimento, governos, etc.

O APL do Gesso do Araripe inclui os seguintes grupos de atores: uma série de empresas de Mineração, Calcinação e Pré-Moldados de Gesso, localizados na região do Araripe, mais especificamente nos municípios de Araripina, Bodocó, Trindade, Ouricuri e Ipubi. Além dessas empresas, há sindicatos do gesso, o Sindusgesso, com sede na região, instituições financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, instituições de pesquisa, como a RedeSist, universidades, produtores e consumidores.

2.3 Políticas Públicas

A política pública é uma intervenção na realidade social que tem a finalidade de efetivar vontades e direitos. “É um compromisso público entre a sociedade e o estado, que tem por objetivos verificar as necessidades de um determinado território a fim de criar agendas políticas com determinadas ações para se chegar a uma política que beneficie determinada comunidade ou região” (DYE, 2009, p. 109). De um modo geral, a política pública se dá através de sua tradução em um plano de ação composto por programas e projetos.

Segundo Feenberg (2007) Apud Socher (2008), “a política pública pode ser entendida como um meio ou um conjunto de meios. Esses meios permitem que o indivíduo coordene seu comportamento enquanto persegue êxito individual, numa atitude instrumental diante do mundo” (SOCHER, 2008, p. 114) Já para o SEBRAE, 2008, as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem estar da sociedade e também o interesse público. Geralmente, as ações que os dirigentes selecionam são aquelas que eles entendem serem as demandas e expectativas da sociedade, sendo caracterizado e encaixado dentro da teoria da Elite, que segundo DYE, 2009:

A política pública pode também ser vista sob o prisma das preferências e valores da Elite governante. Ainda que frequentemente afirmemos que a política pública reflete as demandas do povo, esta afirmação talvez expresse mais o mito do que a realidade da democracia de um país. A teoria elitista sugere que o povo é apático e mal informado quanto as políticas públicas e que a elite molda, na verdade, a opinião das massas sobre questões políticas. Assim, as políticas públicas na realidade traduzem as preferências das elites. Os administradores e os funcionários públicos apenas executam as políticas estabelecidas pela elite. As políticas fluem de “cima para baixo”, das elites para as massas (Dye, 2009, p. 109).

Além desse conceito elitista sobre a formação das políticas públicas, para o instituto Polis (2007), as políticas públicas possuem um ciclo: nascem, crescem, maturam-se e transformam-se. Para Socher (2008), o desenvolvimento das políticas públicas devem envolver algumas características como: a identificação de uma questão a ser resolvida ou um conjunto de direitos a serem efetivados, a partir de um diagnóstico de problema; a formulação de um plano de ação, para o enfrentamento do problema (agendas políticas); decisão e escolha de ações prioritárias; a implementação das ações; e a avaliação dos resultados alcançados. Este último, após a vulgarização da política pública.

Essas características de formulação da política pública mostrado no parágrafo anterior caracteriza o modelo de processo, que mostra o caminho genérico de como deveria ser formada a política pública, desde o diagnóstico do problema, até sua implantação e avaliação. Obviamente, existem inúmeras formas de criação de políticas, e na maioria dos casos são utilizadas políticas já existentes e são melhoradas ou modificadas para adaptação do meio onde será aplicada. Essa situação está associada à última etapa do conceito de política pública do instituto Polis, onde afirma que as políticas transformam-se. DYE (2009), chama esse fenômeno de modelo de política incremental.

As políticas públicas são ações promovidas pelo governo de modo a melhorar o bem estar da sociedade em que atua. Essa definição do SEBRAE, é ampla e tem sido frequentemente utilizada, sendo encontrada na maioria dos artigos e dissertações.

Nesses trabalhos, as “Políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”. Em Outras palavras, as políticas públicas são todos os programas, ações, metas e planos traçados pelo governo para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público. (SEBRAE, 2008). Embora seja esta a definição de política mais usual, por ser extremamente ampla, no presente trabalho, procura-se qualificá-la segundo sua aplicabilidade e alcance ao caso estudado.

De acordo com o contexto social e econômico, as exigências demandadas pela sociedade definem que o poder público tem que ajustar cada situação. Desse modo, as políticas públicas são elaboradas por cada governo, conforme eles julguem necessário suprir de forma mais eficiente sua atuação em determinado local.

3. Metodologia

Para atender o objetivo do artigo, que é o de abordar a estruturação do gesso, concentrado em cinco municípios da Região do Araripe – PE, assim como verificar a interação entre os atores envolvidos neste Arranjo Produtivo Local (APL), analisando políticas públicas apoiadas e a governança local, a proposta do presente estudo, tem como foco o panorama da produção do gesso da região do Araripe-PE, a partir de uma perspectiva sistêmica e crítica baseada no conceito de Sistema Produtivo e Inovativo Local (REDESIST, 2010). Segundo Lastres e Cassiolato (2003):

Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. (Lastres e Cassiolato, 2003, p 106).

Como procedimentos metodológicos foram utilizadas pesquisas documentais e pesquisa de campo na região do Araripe-PE que foi realizada em Julho de 2014. No primeiro caso, a pesquisa se apoiará em sites, documentos oficiais, diversas fontes bibliográficas e bases de dados disponíveis em instituições, tais como, UFRPE, UFRJ, UFRN, UFBA, UFPB, UFAL, ITEP, SEBRAE, informativos do GTP APL, além de teses, dissertações, relatórios de pesquisas, portal de periódicos da CAPES, documentos disponíveis na SUDENE, Sindusgesso, Redesist e MDIC.

Com relação à pesquisa de campo junto ao APL do gesso do Araripe-PE foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos atores institucionais do APL, tais como o gestor do cluster do gesso de Pernambuco, do Sebrae, o assessor de relações institucionais do Pró APL do ITEP e representantes do Sindusgesso, da Assogesso e do SENAI de Araripina.

Também foram aplicados a 15 indústrias questionários adaptados aos recomendados pela RedeSist, que abordam os seguintes temas:

A primeira parte do questionário adaptado da RedeSist, consiste na identificação do Arranjo Produtivo Local e para o levantamento de informações nas empresas do APL, que serve de apoio para coletar informações em instituições locais e em fontes estatísticas oficiais sobre os APLs, buscando uniformizar as informações gerais sobre a configuração do Arranjo Produtivo Local do Gesso do Araripe, a partir do uso de estatísticas oficiais. Essas informações serão obtidas a partir de fontes secundárias tais como a Relação Anual de Informações sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, Base de Informações Municipais – BIM, Censo, IBGE, entre outros.

No que tange a estrutura de governança, diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes, em seus vários níveis, empresas, cidadãos e trabalhadores, e organizações não governamentais e das diversas atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos.

E com relação a políticas públicas, o principal questionamento levantado foi com relação ao conhecimento dos empresários das políticas existentes, tanto do âmbito governamental, quanto dos órgãos de apoio a promoção. A avaliação em relação a políticas em que são atendidos, e possíveis políticas públicas que possam melhorar a eficiência das indústrias dentro e fora do Arranjo.

4. Perfil e caracterização do Arranjo

A região do Araripe, localizado no extremo oeste do Estado de Pernambuco, epicentro do Nordeste a cerca de 600 km da capital pernambucana, detém o maior conjunto de jazidas de gipsita em exploração no Brasil, e é detentor de uma das maiores e mais importantes reservas de gesso do Planeta, estimado em 1,2 bilhões de toneladas. (ITEP²)

Considerado institucionalmente como o APL – Arranjo Produtivo Local de nível estadual e federal, o popularmente conhecido como “Pólo Gesseiro de Pernambuco” possui uma das reservas mais expressivas e importantes do mundo, principalmente considerando o alto teor de pureza do gesso. Na região do Araripe, há 80% das minas do país, além de 139 fábricas de gesso calcinado e cerca de 726 fábricas de pré-moldados. Vale destacar que a região oferece atualmente, cerca de 76 mil empregos diretos e indiretos. (ITEP)

O Pólo produz ainda cerca de 800 mil toneladas de gipsita usada pela indústria de cimento e 200 mil toneladas de gesso agrícola que vem sendo cada vez mais valorizado pelo agronegócio. A produção vem crescendo a cada ano, mostrando a força e o potencial do estado, bem como a capacidade profissional dos envolvidos. As Políticas Públicas são ações promovidas pelo governo de modo a melhorar o bem estar da sociedade em que atua. Essa é a definição do SEBRAE, é ampla e tem sido frequentemente utilizada, sendo encontrada na maioria dos artigos e dissertações. Nesses trabalhos, as “Políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade” (SEBRAE, 2008). Em Outras palavras, as políticas públicas são todos os Programas, ações, metas e planos traçados pelo governo para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público. (SEBRAE, 2008). Embora seja esta a definição de política mais usual, por ser extremamente ampla, no presente trabalho, procura-se qualificá-la segundo sua aplicabilidade e alcance ao caso estudado.

A região do Araripe é considerada um APL pelas instituições, devido a uma série de fatores que são abordados, no decorrer dessa sessão. Segue abaixo alguns fatores e características da produção de Gesso na região do Araripe:

1. O Araripe é a região que se destaca como a maior produtora de gesso do país, pois produz grande parte de todo gesso produzido em território nacional. O APL quando se compara com a produção mundial, apresenta cerca de 45% da produção do gesso, sendo assim uma das maiores jazidas do mundo. (ITEP, 2010)

² www.itep.com.br

2. Há no local uma alta disponibilidade de recursos naturais e minerais necessários à geração de energia para a produção do gesso.
3. A capacidade de produção da Região de produtos derivados do Gesso é compatível com o mercado, pois nesse APL é possível produzir em alta escala, dada a tecnologia produtiva disponível, que por sua vez implica também em baixo custo de extração mineral.

No entanto, segundo o MDIC o que caracteriza aquela região como um Arranjo Produtivo Local é:

1. A crescente integração dos empresários;
2. A produção é territorialmente concentrada e;
3. O apoio efetivo entre as instituições e os demais atores.

Em reconhecimento a essas características da referida região do gesso resultou sua participação na listagem estadual mais recente de APL's, segundo o BNDES e, uma comprovação desse reconhecimento reflete-se no tipo de apoio que os vários níveis de governo vêm oferecendo ao APL (MOUTINHO, 2010). Considerando que em outros muitos casos as políticas dos governos estaduais e federais são setoriais, o APL, diferentemente, é contemplado com políticas apropriadas ao desenvolvimento e dinâmica do arranjo, fugindo ao tradicional tratamento setorial que são dispensados a outros que não são reconhecidos como tal por essas autoridades. O reconhecimento surgiu a partir do momento em que o SEBRAE – PE (2008) percebeu e tornou pública a relação e articulação observada entre todos os atores: institucionais, produtores, os atores do subsistema de conhecimento, como, Universidades, Institutos Tecnológicos etc, do APL, em prol do aumento da produção, produtividade e competitividade do gesso naquela região.

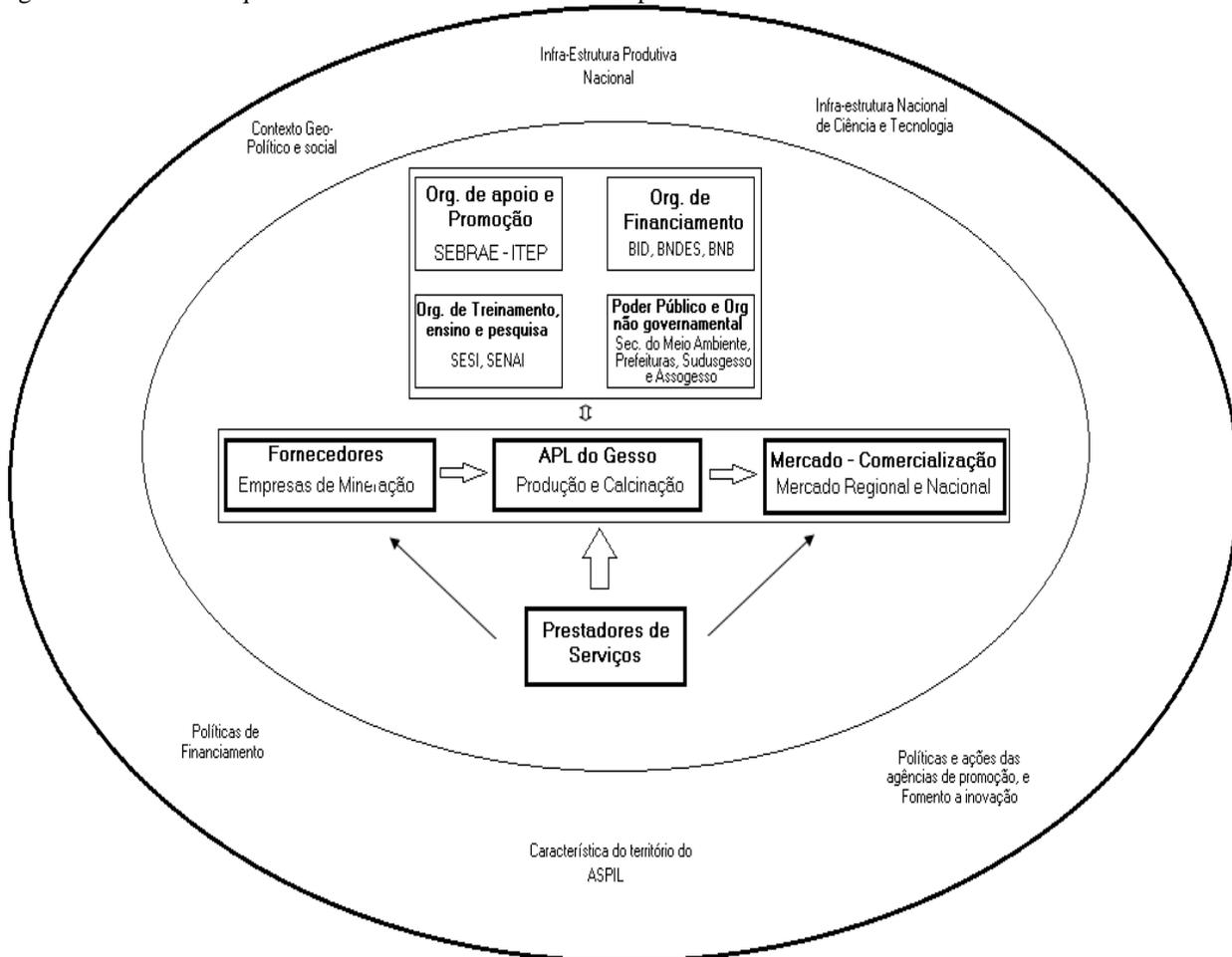
4.1 Interação entre os principais atores e atividades Realizadas

Nos municípios onde se concentra o APL do Gesso na região do Araripe, há uma série de empresas de calcinação e mineração que são apoiadas por diversos atores institucionais, financeiros, governamentais e não governamentais que interagem entre si para um melhor desempenho da atividade econômica em estudo que é uma das principais fontes de desenvolvimento da região do Araripe-PE. Nesta seção, serão mostrados os principais atores envolvidos no APL do Gesso, a interação que existe entre eles e sua atuação dentro do arranjo.

4.1.1 Caracterização do SPIL do gesso

Através de entrevistas realizadas com alguns dos principais atores institucionais desse arranjo, como o Sistema Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas – SEBRAE, o Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP, o Sindicato das Indústrias do Gesso – Sindusgesso e a Associação dos Produtores de Gesso – Assogesso, conseguiu-se elaborar um desenho esquemático do envolvimento dos atores desse APL, baseado no desenvolvido pela RedeSist, conforme apresentado na **seção XX**. Na figura 2 é mostrado a interação entre esses atores:

Figura 2 - Desenho Esquemático do APL do Gesso do Araripe - PE



Fonte: Elaboração Própria

A figura 2 apresentada anteriormente, revela a forma como o APL do gesso da região do Araripe – PE funciona. Como base para a caracterização desse arranjo, foram feitas entrevistas a alguns dos principais atores institucionais, como Sebrae, ITEP, Senai, Sindusgesso e Assogesso. Segundo o gestor do cluster do gesso de Pernambuco do SEBRAE em entrevista, há uma interação entre os principais atores desse APL em pró do fortalecimento da principal atividade econômica da região do Araripe – PE, de forma que as ações realizadas nas fábricas de gesso, com os colaboradores e população local, não se tornem repetitivas, à medida que que cada instituição demonstre seu apoio a essa atividade.

Conforme mostrado na figura 2, a atividade principal da região é a produção e calcinação de gesso, através de cerca de 80 empresas calcinadoras. Essas empresas são abastecidas pelas empresas de mineração (cerca de 400), que fornecem a gipsita para a produção do gesso. As empresas mineradoras, fornecem quase 100% da gipsita no mercado local, dentro dos municípios que compõe o APL (Araripina, Bodocó, Ipubi, Ouricuri e trindade), e as empresas calcinadoras, vendem em sua maioria para o mercado nacional, principalmente sul e sudeste do Brasil, conforme é mostrado na tabela 1:

Tabela 1 - Destino das Vendas

Destino	2011	2012	2013
1. Micro			
1.1. Local	0,2%	0,2%	11,6%
1.2. Estado	2,5%	2,5%	1,7%
1.3. Brasil	97,3%	97,3%	86,7%
1.4. Exportação	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
2. Pequena			
2.1. Local	1,0%	1,0%	6,6%
2.2. Estado	16,5%	16,5%	9,9%
2.3. Brasil	82,5%	82,5%	83,5%
2.4. Exportação	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
3. Média			
3.1. Local	0,0%	0,0%	0,5%
3.2. Estado	0,0%	0,0%	10,0%
3.3. Brasil	0,0%	100,0%	89,6%
3.4. Exportação	0,0%	0,0%	0,0%
Total	0,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme é mostrado na tabela 1, o destino mais comum das vendas entre as indústrias de micro, pequena e médio porte é o Brasil, ficando uma parcela mínima para o local onde é concentrado o arranjo e também para o estado, não tendo nenhum tipo de transação com empresas estrangeiras. Isso se tratando de indústrias calcinadoras, as mineradoras concentram todas as suas vendas no território do APL.

4.2 Atuação dos atores

Cada um dos atores envolvidos atua de alguma forma para o desenvolvimento e fortalecimento do APL do gesso. Os agrupamentos dos principais atores que participam do Arranjo Produtivo Local do Gesso, amplia o entendimento do funcionamento do APL, descrições de ações, e interações presentes, de modo a um melhor entendimento dos efeitos da política baseada em grandes investimentos federais, considerando os seguintes aspectos: divisão de trabalho entre as empresas, indicando cooperação e interação; estrutura de governança local, mesmo que informal presente em área geográfica; estímulo para que se identifique liderança local, pessoa ou instituição, de forma que se mobilizem os empresários locais; especialização produtiva com melhoria da qualidade e da competitividade; protagonismo local caracterizado pela disposição dos empresários em participar e liderar o processo de desenvolvimento; estimular o potencial inovativo, aproximando empresários de instituições de pesquisa e com as universidades; disseminar todas as formas de aprendizado e de conhecimento especializado local e; criar condições de acesso ao mercado exportador.

Na região do Araripe, mais precisamente no Pólo Gesseiro, foram identificados atores locais (empresas, produtores, instituições governamentais e não governamentais, entre outros, como seguem.

4.2.1 Órgãos de apoio e Promoção

O apoio de instituições não governamental e de apoio e promoção são de extrema relevância para a dinamização do APL. Esses atores contribuem para a formação do arranjo e para o beneficiamento da produtividade local e do fortalecimento

da competitividade. Seguindo na tarefa de caracterizar o APL estudado, no quadro 1, são resumidas as principais instituições, que atuam de forma direta no Arranjo Produtivo Local do Gesso na Região do Araripe:

Quadro 1 - Órgãos de apoio a promoção

Ator	Objetivo	Função	Cooperação	Ações/Público Alvo
SEBRAE	Promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento.	Fortalecimento da cultura da cooperação, empreendedorismo, acesso a mercados e melhoria do processo produtivo, bem como consultorias de âmbito organizacional.	Sindusgesso, Assogesso e SENAI.	Indústrias Locais
ITEP	Promover a competitividade das indústrias atuantes no APL do Gesso	Produção e difusão de inovações para a competitividade do APL do Gesso, para contribuir com o desenvolvimento local.	Sindusgesso, Assogesso, SENAI, SEBRAE e prefeituras.	População e Indústrias Locais.

Fonte: O autor (dados do SEBRAE, ITEP).

O quadro 1 resume o papel dos órgãos de apoio e promoção. O SEBRAE atua no pólo com o objetivo de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micros e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento. O SEBRAE vem atuando com 100 empresas através do fortalecimento da cultura da cooperação, empreendedorismo, acesso a mercados e melhoria do processo produtivo. Atua com foco em resultados e em parceria com as instituições locais (SINDUSGESSO, ASSOGESSO, SENAI).

O ITEP atua com o Centro Tecnológico do Gesso, que é resultado da parceria entre o governo do Estado, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – Sectma, o Governo Federal, dentro do Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep, o Sindusgesso, a Prefeitura Municipal de Araripina, SENAI, SEBRAE e a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

O Centro Tecnológico do Gesso está inserido no Programa de Centros Tecnológicos de Educação Profissional do Governo do Estado, que serve de instrumento de apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) relevantes ao desenvolvimento do Estado, através de ações direcionadas à formação profissional, inovação tecnológica e estímulo ao empreendedorismo.

Este Centro Tecnológico oferece suporte e promove a inovação no setor produtivo de maneira a contribuir para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda da região do Araripe, englobando as cidades de Ipubi, Trindade, Ouricuri, Bodocó e Araripina. São disponibilizados laboratórios, incubadoras de empresas, instrumentos de apoio à pesquisa e cursos técnicos, com o objetivo de aprimorar a produção gesseira do Estado, com a preocupação também na questão ambiental e na preservação dos recursos naturais.

Na Região do Araripe, O ITEP é responsável pela capacitação dos profissionais através do curso de Gestor Técnico da Produção de Gesso e Derivados, com habilitação técnica de nível médio.

4.2.2 Órgãos de Financiamento

Outro tipo de ator identificado no APL do Gesso do Araripe foram as instituições financeiras, tais como bancos que financiaram de alguma forma as empresas produtoras de gesso, o sindicato, ou até mesmo a região, para beneficiamento do Arranjo Produtivo Local encontrado na região do Araripe. O quadro 2, apresentado a seguir, mostra essas instituições e suas respectivas contribuições para o “Pólo” Gesseiro, de forma resumida:

Quadro 2-Instituições Financeiras

Ator	Objetivo	Função	Ações/Público Alvo
Banco do Brasil	Focar no desenvolvimento local sustentável do Nordeste com aglomerados Produtivos	Atender às empresas através das linhas de crédito já existentes.	Empresas produtoras de Gesso
BNB – Banco do Nordeste do Brasil	Dinamizar as atividades produtivas enquadradas em APLs de base mineral.	Financiar pesquisas para o desenvolvimento do APL no Local.	APLs de Base Mineral
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Contribuir para a formatação de suas políticas voltadas para o desenvolvimento regional e local.	Promover a apresentação de estudos de caso e de experiências concretas em aglomerações produtivas e no APL do Gesso.	Formação e Formatação de políticas voltadas para o desenvolvimento / Produtores de Gesso
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	Fomentar as ações para o desenvolvimento do APL.	Atuar como fomentadora das principais ações que trarão desenvolvimento local.	Instituições do APL do Gesso.

Fonte: O autor (dados do Sindusgesso, ITEP, BNDES e BNB).

O quadro acima mostra algumas das principais instituições financeiras, que se caracterizam como atores do APL do Gesso do Araripe que, embora não desenvolvam nenhum tipo de cooperação direta com os produtores, contribuem com o desenvolvimento do APL como repassadores de recursos públicos, segundo as políticas dos governos com vistas à dinamização do APL.

O Banco do Brasil, por exemplo, trabalha a região Nordeste e mantém foco na Região do Araripe, para o desenvolvimento sustentável com arranjos e aglomerados produtivos. Sua função é atender às empresas através das linhas de créditos já existentes.

O BNB atua como financiador de APLs de base mineral, como o gesso é um produto de base mineral, o BNB atua dinamizando as atividades produtivas, financiando pesquisas para o desenvolvimento do gesso. O BNDES contribui para a formatação das políticas voltadas para o desenvolvimento do APL do Gesso.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo afirma o assessor de relações institucionais do pró APL, em entrevista, atua no arranjo através de um contrato com o governo do estado de Pernambuco. O BID concedeu um empréstimo de 7 milhões, com uma contrapartida do governo do estado e mais uma parceria com o SEBRAE e com o FIEPE. Que são instituições parceiras do projeto.

4.2.3 Sindicatos e Associações

A grande maioria das empresas produtoras de Gesso do Araripe necessita de algum tipo de apoio para se manterem ativas e competitivas no mercado. Geralmente elas recorrem aos sindicatos e associações da região. Há no APL, um diversificado conjunto de entidades e organizações envolvidas com o gesso. A identificação desses atores, com papel de formulação e execução de políticas, bem como suas descrições, são os objetivos desta sessão. A seguir encontra-se o quadro 3, com as descrições resumidas do sindicato e da associação concentradas na Região do Araripe:

Quadro 3 – Poder público e Organizações não governamentais

Ator	Objetivo	Função	Cooperação	Ações/Público Alvo
Sindicato da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco – Sindusgesso	Representar e defender as empresas do setor gesseiro, fortalecendo o associativismo e promovendo o desenvolvimento econômico e sócio-ambiental de forma sustentável.	Representa os produtores da região, dando mais força e impulso à produção e comercialização do Gesso Pernambucano.	Coopera com o SEBRAE, SENAI, SESI, Rede APL mineral, ITEP e FIEPE	A Sindusgesso com apoio do SEBRAE mapeou as empresas que prestam serviço para aplicar o gesso nas ações e reformas / Principais indústrias gesseiras da Região do Araripe – PE
Associação dos produtores de gesso do Araripe – Assogesso	Promover a organização e o desenvolvimento das empresas mineradoras, fabricantes e de comercialização de gesso e seus derivados, em todos seus aspectos.	Organizar e fortalecer as empresas associadas, buscar conhecimentos mercadológicos e ser competitivo gerando resultados econômicos para associar o bem estar das comunidades envolvidas.	SEBRAE, SENAI, SESI, UFRPE, UFPE, FINEPE, SECTIMA, CPRH, IBAMA, Sindusgesso, Banco do Nordeste, Klabin, Prefeitura Municipal de Trindade, Câmara dos vereadores do município de Trindade.	Projetos de ordem Econômica, Social e Ambiental. / Indústrias e produtores de gesso.

Fonte: O Autor (dados do Sindusgesso e da Assogesso).

5. Estrutura de Governança e Vantagens associadas ao Ambiente Local

Nesta seção, será apresentado e discutido a estrutura de governança do APL do gesso na região do Araripe. Segundo Filho e Cordeiro (2008):

...governança de um arranjo produtivo pode dar-se através de dois campos de influência: o primeiro engloba elementos subjetivos associados a regras e convenções que podem ser tácitas ou institucionalizadas, que nascem e se desenvolvem por força das interações entre os agentes. O segundo campo abrange os elementos objetivos relacionados às organizações e lideranças locais. Esses, relacionados, permitem formar estruturas que condicionam e regulam o comportamento coletivo dos agentes, possibilitando

a formação de padrões de comportamento marcados por algum tipo de regularidade. (FILHO E CORDEIRO, 2008, p. 133).

Ainda segundo Filho e Cordeiro (2008), “o território no qual se desenvolvem as atividades, é o estuário no qual são depositados esses elementos em um processo de aprendizagem”. (FILHO E CORDEIRO, 2008, p. 133).

No caso do Arranjo produtivo Local do Gesso da Região do Araripe – PE, tendo em vista o peso ocupado pelo fato de ser a maior detentora de gesso do país e uma das maiores do mundo, assume um papel central na governança.

A primeira situação a ser investigada do âmbito da governança, é com relação as vantagens associadas ao fato das indústrias estarem localizadas nos municípios do Arranjo. A tabela 2, mostra essas vantagens do ponto de vista das empresas entrevistadas:

Tabela 2 - Vantagens associadas a localização no arranjo

Externalidades	Micro				Pequena				Média			
	Nula	Baixa	Média	Alta	Nula	Baixa	Média	Alta	Nula	Baixa	Média	Alta
1. Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	1	2	1	3	0	2	1	2	0	2	1	0
	14,3%	28,6%	14,3%	42,9%	0,0%	40,0%	20,0%	40,0%	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%
2. Baixo custo da mão-de-obra	2	1	2	2	0	0	2	3	1	0	0	2
	28,6%	14,3%	28,6%	28,6%	0,0%	0,0%	40,0%	60,0%	33,3%	0,0%	0,0%	66,7%
3. Proximidade com os fornecedores de insumos e matéria prima	0	0	1	6	0	0	0	5	0	0	0	3
	0,0%	0,0%	14,3%	85,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
4. Proximidade com os clientes/consumidores	0	3	2	2	0	2	1	2	0	1	1	1
	0,0%	42,9%	28,6%	28,6%	0,0%	40,0%	20,0%	40,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%
5. Infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações)	0	4	1	2	0	4	0	1	0	1	0	2
	0,0%	57,1%	14,3%	28,6%	0,0%	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%
6. Proximidade com produtores de equipamentos	0	3	1	3	0	1	2	2	0	1	1	1
	0,0%	42,9%	14,3%	42,9%	0,0%	20,0%	40,0%	40,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%
7. Disponibilidade de serviços técnicos especializados	0	2	3	2	0	1	3	1	0	0	2	1
	0,0%	28,6%	42,9%	28,6%	0,0%	20,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%
8. Existência de programas de apoio e promoção	0	2	3	2	0	3	2	0	0	3	0	0
	0,0%	28,6%	42,9%	28,6%	0,0%	60,0%	40,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
9. Proximidade com universidades e centros de pesquisa	2	5	0	0	1	3	1	0	0	2	1	0
	28,6%	71,4%	0,0%	0,0%	20,0%	60,0%	20,0%	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela 2, mostra em termos percentuais, as vantagens associadas a localização das indústrias entrevistadas nos municípios do Arranjo, observa-se que a proximidade com os fornecedores de insumos e matérias primas são as maiores vantagens, o que comprova o conceito dos ASPIL's que afirma que a concentração de uma determinada atividade econômica traduz, em investimentos e aproximação de atores que se beneficiam com aquelas empresas que necessitam de suas atividades.

Com relação a atuação dos sindicatos e associações, boa parte das indústrias afirmam que há um bom índice de apoio dessas instituições, em determinadas ações conforme listado a seguir:

- Auxílio na definição de objetivos comuns;
- Estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica;
- Apresentação de reivindicações comuns;
- Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa local e;
- Organização de eventos técnicos e comerciais

Essa listagem apresentada anteriormente, revela vantagens em estarem inseridos nos municípios do arranjo, em decorrência da atuação de alguns atores locais, tais como a Assogesso e o Sindusgesso, associação e sindicato, respectivamente.

6. Políticas públicas, perspectivas e proposições

Esta seção visa mostrar, através do âmbito das empresas entrevistadas, os programas e ações específicas para o ramo, que visam beneficiar as indústrias apoiadas por políticas públicas em pró do desenvolvimento do APL do Gesso na região, bem como descrever as principais dificuldades e propor novas políticas.

6.1 Políticas públicas que contribuem para o aumento da competitividade

As questões levantadas neste campo do questionário, chamaram atenção pelo fato dos entrevistados desconhecerem a maioria das políticas existentes para o fortalecimento do ramo. Os empresários atribuíram pouca importância as políticas que conhecem e fazem parte, principalmente dos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme são apresentadas na tabela 2:

Tabela 3 - Participa ou tem conhecimento sobre alguma ação voltada as indústrias do gesso

Instituição	Micro			Pequena			Média		
	Não conhece	Conhece, mas não participa	Conhece e participa	Não conhece	Conhece, mas não participa	Conhece e participa	Não conhece	Conhece, mas não participa	Conhece e participa
1. Governo Federal	7	0	0	4	0	1	2	0	1
	100,0%	0,0%	0,0%	80,0%	0,0%	20,0%	66,7%	0,0%	33,3%
2. Governo Estadual	6	0	1	4	0	1	2	0	1
	85,7%	0,0%	14,3%	80,0%	0,0%	20,0%	66,7%	0,0%	33,3%
3. Governo Local/Municipal	7	0	0	4	0	1	2	0	1
	100,0%	0,0%	0,0%	80,0%	0,0%	20,0%	66,7%	0,0%	33,3%
4. SEBRAE	1	1	5	1	1	3	0	1	2
	14,3%	14,3%	71,4%	20,0%	20,0%	60,0%	0,0%	33,3%	66,7%
5. Outras Instituições	3	1	3	2	1	2	0	1	2
	42,9%	14,3%	42,9%	40,0%	20,0%	40,0%	0,0%	33,3%	66,7%

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme a tabela 2, a maioria das indústrias de micro, pequeno e médio porte, entrevistadas, desconhecem políticas voltadas para o ramo em que atuam principalmente, políticas advindas dos governos federal, estadual e municipal. As ações que conhecem e participam são de órgãos de apoio e promoção como o SEBRAE, que é muito atuante no local, conforme afirmam os entrevistados e o ITEP, agora com o programa Pró APL, que é de âmbito federal, que tem como objetivo melhorar a competitividade do APL, com base em introdução de inovações tecnológicas. Então, a partir disso, entende-se que

embora existam algumas políticas, elas não chegam até os empresários por algum gargalo em informação e comunicação.

A partir daí, levantou-se a opinião dos empresários sobre a avaliação dos projetos em que atuam, sendo que, com relação às ações dos governos, eles não obtinham elementos suficientes para avaliar, mas com relação ao SEBRAE e ao ITEP, a avaliação foi sempre positiva, com argumento de que as consultorias técnicas e as capacitações ofertadas por essas instituições, sempre atendiam as expectativas dos empresários.

6.2 Sugestões de políticas públicas

A pesquisa revela a necessidade de uma atuação mais intensa de agentes públicos, de forma a dinamizar as atividades produtivas, quer seja melhorando a assistência direta as indústrias que atuam no ramo de calcinação do gesso, quer seja capacitando os colaboradores do setor produtivo. Assim, através das pesquisas de campo com aplicações de questionários em 15 indústrias, levanta-se a proposição das seguintes políticas públicas mais necessárias no local:

- Programas de capacitação profissional e treinamento técnico, para a população local e colaboradores das indústrias em prol de melhores condições de produção e aumento de produtividade;
- Programas de apoio a consultoria técnica;
- Programas de acesso a informação (produção, tecnologia e mercados);
- Oferta e acesso a linhas de crédito e outras formas de financiamento;
- Incentivos fiscais;
- Políticas de fundos de aval;
- Programa de estímulo ao investimento e;
- Políticas que invistam em melhores condições de transporte e logística, tendo em vista que esse é o maior gargalo levantado por todos os entrevistados.

Além dessas sugestões pontuais feitas anteriormente, ainda existem políticas sugeridas, que não afetam diretamente a produção, mas podem de alguma forma melhorar a eficiência e eficácia da atividade, como por exemplo, a melhoria da educação básica local, que atende não só as indústrias envolvidas no arranjo, mas toda a população residente, e estímulos a oferta de serviços tecnológicos, que não foi apontado pelos entrevistados, pode levar a uma maior eficiência na produtividade, redução de custos e até mesmo, melhoria de questões ambientais.

As sugestões de políticas públicas, foram levantadas através de diálogos com entrevistados, assim, versam sobre políticas voltadas para a melhoria e o dinamismo das atividades produtivas desenvolvidas no local, em busca de melhores condições de produção, redução de custo e aumento da competitividade.

7. Considerações Finais

Quando em uma determinada região se identifica algum tipo de aglomerado produtivo como é o caso do Gesso da região do Araripe – PE, para que haja consistência e desenvolvimento na região é necessário que haja cooperação e interação entre as empresas envolvidas no local, além de sindicatos e associações envolvendo a produção, apoio de instituições financeiras, governamentais e não governamentais, Universidades, Institutos tecnológicos, entre outros. Analisando a região do Araripe – PE, foi percebido

que todas essas características estão presentes no APL, ou seja, há uma sincronia entre os agentes produtivos, muito embora, com relação aos atores inovativos, há uma frágil relação com o APL. A governança é feita toda através do sindicato e da associação atuante na região, onde percebe-se que há uma forte atuação dessas instituições nas indústrias.

Com relação a políticas públicas, percebe-se que apesar de existir algumas políticas de âmbito federal, estadual e municipal, os atores industriais desconhecem essa atuação, o que levanta o fato de haver um problema de informação no local, que faz as políticas existentes, não chegarem ao seu devido destino. Além disso, percebeu-se a necessidade de apontar algumas políticas públicas, para melhorar a eficiência e a eficácia das atividades gesseira no local, principalmente, no que tange a programas de acesso a informação, incentivos fiscais e programas de apoio ao investimento, que podem levar a um melhor desempenho das indústrias atuantes no arranjo produtivo local do gesso da região do Araripe – PE.

Referências

ALBAGLI, S. e BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE** – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002. www.ie.ufrj.br/redesist.

APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu. **Políticas para Arranjos Produtivos Locais Análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Editora da UFRN, Natal, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoas de; LASTRES, Helena M. M. **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento Criatividade e cultura**. Volume 1, Rio de Janeiro, 2008.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. **Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local**. Relume Dumará Editora, Capítulo 2, julho, 2003.

_____. LASTRES, Helena M. M., STALLIVERI, Fábio. **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento Experiências de Política**. Volume 2, Rio de Janeiro, 2008.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. , Capítulo 3 do livro Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009

http://www.itep.br/noticias_ler.asp?codigo_conteudo=241 – Acesso em 27/08/2013

<http://www.redeaplmineral.org.br/noticias/bnb-oferece-r-800-mil-para-apls-de-base-mineral> - acesso em 18/09/2013

http://www.sindusgesso.org.br/polo_gesseiro.asp - Acesso em 12/03/2011

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (coord.) **Mobilizando Conhecimento para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e**

Pequenas Empresas no Brasil. RedeSist, 2005. Disponível em:
<<http://RedeSist.ie.ufrj.br/glossario.php> (b)> . Acesso em: 04/02/2014.

LEMOS, C. “**Notas preliminares do Projeto Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado**”. IE/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1997.

MDA/SDT. Referências para Gestão Social de Territórios Rurais. Documento Institucional Nº. 3. Novembro, 2005.

MOUTINHO, L. M. G. et al. **Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais – Pernambuco.** PROJETOS DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC). Análise do mapeamento e das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste. Recife/PE, maio 2009. (NOTA TÉCNICA 2/PE).

PORTER, Michael E. (1991) "**Estratégia Competitiva**", *Campus*, Rio Janeiro, Campus, 1991.

PROJETEC – Relatório Técnico; “**Estudo de Viabilidade Tecnicoeconômica do Processo de Produção e Logística do Gesso Fabricado a Partir da Gipsita do Araripe Pernambucano**”.

REDESIST. Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais - www.redesist.ie.ufrj.br.

_____ Referencial conceitual e metodológico de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Workshop sobre a Territorialização do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Rio de Janeiro, 09 de Março de 2011.

SEBRAE. Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: MG, 2008. P. 6-8

SOCHER, Paulo Roberto. **Políticas Públicas Voltadas para o Cidadão como ator principal da esfera pública.** Curitiba, 2008.

SOUZA, Celina; **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.